



2ª VARA CÍVEL - FORO REGIONAL II - SANTO AMARO – TJ/SP

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) dos direitos do bem imóvel abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação da executada: **BLUESTAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ/MF Nº 05.125.519/0001-10)**; dos credores: **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MASTER III (CNPJ/MF Nº 12.138.813/0001-21)**, **PINHEIRO NETO ADVOGADOS (CNPJ/MF Nº 60.613.478/0001-19)** e **MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JORDÃO (CNPJ/MF Nº 45.699.626/0001-76)**; bem como do terceiro interessado: **BENDITO CACAO RESORT E SPA LTDA (CNPJ/MF Nº 42.388.799/0001-85)**.

A MM. Juíza de Direito Dra. Heloisa Assunção Pereira Pandini, da 2ª Vara Cível – Foro Regional II – Santo Amaro, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Execução por Quantia Certa de Título Extrajudicial, ajuizada por **GAMA - FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO (CNPJ/MF Nº 09.555.452/0001-04)** (Sucessora do polo ativo às fls. 1096) em face de **BLUESTAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ/MF Nº 05.125.519/0001-10)**, nos autos do **Processo nº 1057115-29.2018.8.26.0002** (Apenso ao Processo nº 1088276-93.2014.8.26.0100), e foi designada a venda dos direitos do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - BEM: **IMÓVEL - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Fazenda Salgueiro – Acesso pela Rua Dr. José Mestres, nº 2.145, Jardim Embaixador, Campos de Jordão/SP – CEP: 12460-000 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Uma gleba de terras situada no bairro do Homem Morto denominada “Fazenda Salgueiro”, com área de 243.045,50m² com as divisas e confrontações descritas na correspondente matrícula imobiliária.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	03.903.014	
Matrícula Imobiliária nº	23.808	Oficial de Registro de Imóveis de Campos de Jordão/SP

ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
R. 11 (Av.12)	23/10/2012	Alienação Fiduciária	-	Massa Falida do Banco BVA S/A
Av. 13	21/05/2020	Penhora Exequenda	Proc. nº 1057115-29.2018.8.26.0002	Gama – Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado

OBS.01: A Gleba denominada “Fazenda Salgueiro” tem acesso pelos fundos do Hotel Bendito Cacao Resort & Spa (antigo Blue Mountain Resort & Spa), o qual está localizado na Rua Dr. José Mestres, nº 2.145, Campos do Jordão/SP, onde existem nascentes e córregos que se encontram, dos quais estão devidamente protegidos por matas ciliares. Além disso, consta no imóvel em apreço, 50% de um heliponto, de modo que os outros 50% pertencem ao “Hotel Bendito Cacao Resort & Spa” (Laudo de Avaliação às fls. 1.001/1.062).





OBS.02: Conforme Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia (fls. 15/26), o referido imóvel foi dado em garantia fiduciária à Cédula de Crédito Bancário de titularidade da Gama – Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado. Havendo arrematação, será baixada a Alienação Fiduciária registrada sob o nº 11 da referida Matrícula Imobiliária.

OBS.03: Às fls. 923/924 do processo foi anotada penhora no rosto dos autos, no valor de R\$ 40.835.396,61 (Mai/2021), referente a crédito do fundo, em favor do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Master III e R\$ 6.301.646,46, referente ao crédito de honorários em favor do Pinheiro Neto Advogados.

OBS.04: Foram opostos Embargos à Execução (Processo nº 1014723-40.2019.8.26.0002) pela executada, objetivando a extinção dos autos principais, sob o argumento de prescrição do título executivo. Os embargos foram extintos em razão da intempestividade da emenda à inicial. Da decisão não houve recurso. Trânsito em julgado em 30.07.2019.

VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 4.600.000,00 (Abr/2023 – Laudo de Avaliação às fls. 1.001/1.062 – Homologação às fls. 1.096).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 4.863.768,15 (Nov/2024). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: R\$ 676.196,09 (Ago/2024 – Fls. 1152). Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional e Decisão de Fls. 1.106/1.110).

DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 309.407.616,69 (Ago/2022 – Fls. 1.268 do Processo nº 1088276-93.2014.8.26.0100).

02 – DATAS: A 1ª Praça terá início no dia **27 de janeiro de 2025, às 15 horas e 30 minutos, e se encerrará no dia 30 de janeiro de 2025, às 15 horas e 30 minutos.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 30 de janeiro de 2025, às 15 horas e 30 minutos, e se encerrará em 19 de fevereiro de 2025, às 15 horas e 30 minutos.**

03 – CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 50% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais (podendo oscilar de acordo com a atualização monetária), com vencimento no dia 10 do mês seguinte ao de assinatura do Auto de Arrematação. No caso de atraso no pagamento de qualquer parcela, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida e parcelas vincendas (artigo 895, §4º do CPC). O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em





diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar. (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

04 - LEILOEIRO: O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

06 – ARREMATAÇÃO PELA PARTE EXEQUENTE: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

07 – QUOTA-PARTE: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

08 – PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de acordo e adjudicação do bem e pelo executado no caso de remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

10 – FRAUDE EM LEILÃO: Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado, nos termos do item 09, a pagar a comissão sobre o lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.





11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS: O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e Decisão de Fls. 1.176/1.180, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

13 – PLURALIDADE DE CREDORES: Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

14 – PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATAÇÃO: A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM: A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.

17 – VENDA DIRETA: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo, estas obedecerão estritamente aos termos do Item 03 deste Edital.





ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

18 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Curupacê, nº 260, Mooca - CEP 03120-010 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 97830-1644. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

19 – PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 26 de novembro de 2024.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DRA. HELOISA ASSUNÇÃO PEREIRA PANDINI
JUÍZA DE DIREITO



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

